

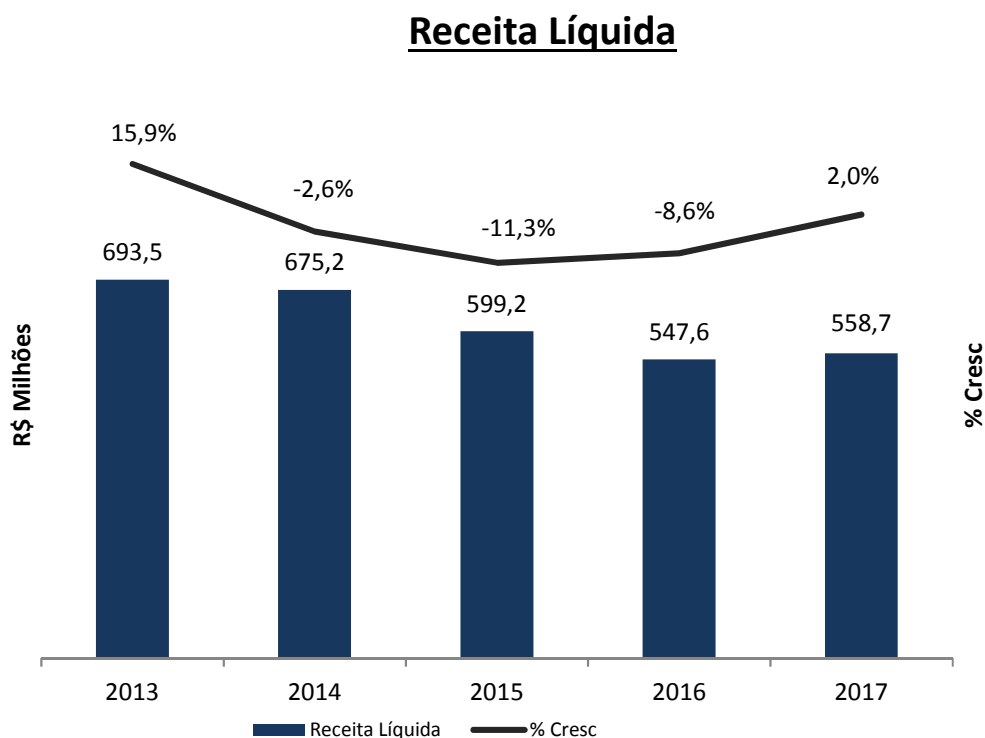
Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Colocamos à disposição de V.S.as o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

1. DESEMPENHO E LUCRATIVIDADE

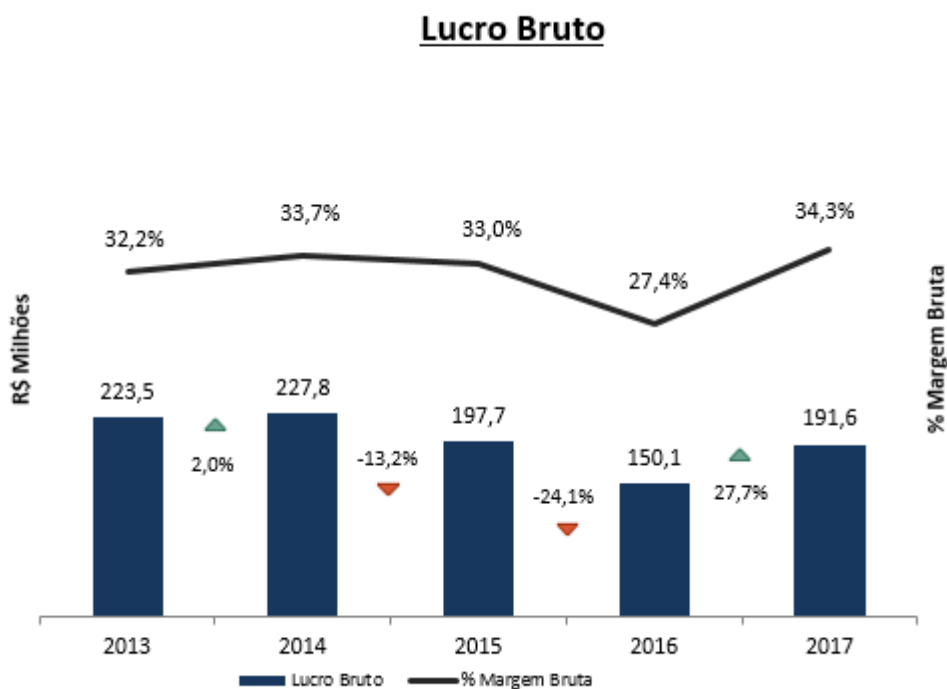
A receita líquida consolidada para os mercados, nacional e internacional em 2017, foi de R\$ 558,7 milhões, maior em 2% em relação aos R\$ 547,6 milhões de 2016.



No mercado interno a receita líquida foi de R\$ 494,3 milhões (crescimento de 6,6% em relação a 2016), principalmente pela estratégia de valorização do mix de produtos comercializados.

No mercado internacional, alcançou uma receita líquida de US\$ 20,1 milhões, apresentando uma redução de 16,8% em relação ao ano anterior, decorrente da seleção de clientes, alinhados a estratégia da Companhia. Os produtos foram comercializados para mais de 50 países.

O lucro bruto consolidado para os mercados, nacional e internacional em 2017, foi de R\$ 191,6 milhões, maior em 27,7% em relação aos R\$ 150,1 milhões de 2016. A margem bruta em 2017, foi de 34,3%, apresentando ganho de 6,9 pp, principalmente pelo aumento de produtividade e pela gestão na redução dos custos de produção.



O resultado líquido das operações continuadas consolidado da Companhia em 2017, foi de R\$ 12,8 milhões de lucro contra um resultado de R\$ 16,4 milhões de prejuízo em 2016.

2. DESEMPENHO INDUSTRIAL

O ano de 2017 foi marcado pela consolidação dos investimentos em equipamentos com tecnologia de ponta realizados em 2015 e a maturação do processo produtivo com o objetivo de aumentar a eficácia operacional, além da capacidade de produção em grandes formatos.

3. MARKETING

A participação em feiras e eventos é fundamental para promover os novos produtos com uma eficiente exposição, englobando produto, preço, distribuição e comunicação, além de fortalecer o relacionamento com clientes e fornecedores. A Cecrisa participa das seguintes feiras e eventos, expondo produtos da marca Cerâmica Portinari:

- ◆ Expo Revestir – São Paulo – SP.
- ◆ Cerâmica Portinari In Mostra - Bologna, Itália.
- ◆ Cerâmica Portinari In Mostra – São Paulo - SP.
- ◆ Coverings – Estados Unidos.

- ◆ Tiles Fair SGDB 2017 – Lille, França.

Além disso, apoia renomados especificadores na principal mostra de decoração do país, a Casa Cor, em diferentes estados

4. INOVAÇÃO E DESIGN

Nosso portfólio é amplo e evidencia a tendência dos grandes formatos. A variedade de produtos oferece soluções para pessoas que amam suas casas e seus espaços de viver. Em 2017, foram lançadas 31 novas coleções entre porcelanatos, paredes e vidros da marca Portinari. O ano de 2017 representou uma renovação de aproximadamente 32% do portfólio de porcelanatos e paredes.

5. PRÊMIOS

Devido ao comprometimento do time de colaboradores, ao bom relacionamento com os clientes e comunidade em geral, bem como o compromisso social, sustentável e com a inovação e design de seus produtos, a empresa foi premiada em diferentes segmentos, dentre os quais destacamos:

- ◆ **Revista Exame** - Maiores e Melhores de 2017: A Cecrisa S.A está pela nona vez consecutiva na Revista Exame “Melhores e Maiores” – como uma das maiores empresas de Revestimentos Cerâmicos do País. Neste ano a Cecrisa ficou na posição 871.
- ◆ **Revista Amanhã** – 500 Maiores do Sul: A nossa empresa está entre as 500 empresas maiores do sul do Brasil de acordo com a Revista Amanhã. O ranking empresarial é focado na região sul e utiliza como critério de classificação o Valor Ponderado de Grandeza. Em 2017 a Cecrisa ficou na 211ª posição.
- ◆ **Prêmio Best In Show:** A Cerâmica Portinari ganhou o prêmio Best In Show 2016, na categoria de melhor mosaico com o porcelanato Connect. O prêmio foi entregue no último dia da Feira Expo Revestir 2017 por uma iniciativa da Anfacer. O júri foi composto de jornalistas dos principais veículos de comunicação do setor de design e decoração do país.
- ◆ **Prêmio Época Negócios 360:** A Cecrisa foi uma das empresas agraciadas com o prêmio Época Negócios 360, que elegeu as 300 melhores empresas do País a partir de critérios que vão desde o desempenho financeiro, passando por práticas de RH, capacidade de inovar, responsabilidade socioambiental, visão de futuro e governança corporativa. A Cecrisa ficou na posição 167.
- ◆ **Prêmio Melhores Fornecedores Cyrela:** A Cerâmica Portinari recebeu o prêmio de melhor fornecedor de revestimentos cerâmicos da Cyrela Incorporadora e Construtora. Nossa empresa foi eleita como um dos top 10 melhores fornecedores da construtora, concorrendo com mais de duas mil empresas de todos os segmentos da Construção Civil, sendo a única fornecedora de revestimentos cerâmicos a receber o reconhecimento. A Cyrela é uma das maiores e mais importantes construtoras e incorporadoras de empreendimentos de alto padrão e luxo do país.

6. GERAÇÃO DE CAIXA

A geração de caixa das atividades operacionais (EBITDA ajustado) da Companhia em 2017 foi de R\$ 103.053 mil, **crescimento de 60% em relação a 2016**.

<u>EBITDA</u>	<u>Consolidado</u>		
	2017	2016	Var.(%)
Receita líquida de vendas	558.723	547.624	2,0%
Lucro bruto	191.621	150.092	27,7%
(-) Despesas operacionais	(95.426)	(81.790)	16,7%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	96.195	68.302	40,8%
(+) Depreciação/Amortização	20.804	17.561	18,5%
(=) Ebitda das operações continuadas	116.999	85.863	36,3%
(-) Créditos extemporâneos	(13.946)	(21.282)	
(=) Ebitda das operações continuadas ajustado	103.053	64.581	59,6%
% da receita líquida	18,4%	11,8%	6,7 p.p

7. BALANÇO SOCIAL

Dentre as ações realizadas pela Companhia em 2017, destacam-se:

a) Recursos humanos

A área de Gente e Gestão tem seus objetivos claramente definidos, dedicando-se com afincamento para alcançar os resultados estabelecidos. A intenção estratégica é nítida e clara por todos os profissionais:

- Ter as melhores pessoas, que constroem os melhores processos, para fazer o melhor ambiente de trabalho.
- Atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais do mercado.
- Promover um ambiente de trabalho com foco nas pessoas, garantindo o bem-estar físico e psicológico dos profissionais.
- Promover a gestão de indicadores com foco no atingimento de metas e da máxima performance em resultados.

Em 2017 a gestão de pessoas da Cecrisa teve como principal objetivo desenvolver o clima organizacional e oportunizar um ambiente que proporcione tanto o foco nos resultados quanto no calor humano, como descrevem os valores atualizados neste ano.

Com objetivo de um ambiente de trabalho melhor e mais transparente, foi criado o Canal de Ética. Através dessa ferramenta o profissional pode relatar condutas incorretas e que não estejam de acordo com os princípios da Cecrisa. A valorização dos profissionais teve destaque na criação em 2017, do Prêmio Qualidade A, que visa estimular a produtividade com excelência, proporcionando um ganho monetário adicional mensal quando há o atingimento das metas de

índice de Qualidade e Produção Qualidade. Neste contexto, a retomada do PIC (Programa de Ideias Cecrisa) estimulou a criatividade dos profissionais para desenvolverem ideias que tragam melhorias e resultados financeiros mensuráveis para a empresa.

Dando continuidade ao trabalho que foi muito bem aceito pelos profissionais, priorizamos nossas vagas ao público interno através do programa de Oportunidades Internas. A empresa promoveu também uma série de iniciativas e programas dentre os quais destacamos o Programa Parcerias que teve início em 2017, onde nossos profissionais têm acesso a vários descontos em instituições para promoção de saúde, educação e lazer. Realizamos ainda a certificação de Supervisores que participaram do Programa de Desenvolvimento de Líderes, tornando-os aptos para exercerem a liderança de forma eficaz, dentro dos nossos valores.

A área manteve ainda um cronograma de eventos que estimula a união e interação entre as áreas, além de reformular a comunicação interna com os profissionais através da Intranet e informativos.

b) Relações com a comunidade

A Cecrisa tem a responsabilidade social como um de seus valores fundamentais. É engajada em contribuir para uma sociedade mais justa, participando ativamente de atividades sociais, educativas, esportivas e culturais.

Entre as ações de 2017, estão:

- ◆ Programa interno “Juntos por Nossos Filhos” que consiste em promover a solidariedade dos profissionais da Cecrisa a fim de obtermos arrecadações dos colegas, com intuito de proporcionarmos tratamento médico/ psicológico/ terapêutico aos filhos de nossos profissionais que necessitam desse auxílio financeiro.
- ◆ Apoio mensal a instituições que auxiliam no desenvolvimento pessoal e profissional de crianças e jovens em situação de risco.
- ◆ Campanhas de arrecadação de alimentos, agasalhos e brinquedos.
- ◆ Programa Primeiro Passo, uma ação que consiste na integração com a sociedade, por meio do ingresso de filhos e parentes de profissionais no mercado de trabalho, através do Programa Jovem Aprendiz;
- ◆ Projeto Árvore dos Sonhos que consiste em incentivar os profissionais da Cecrisa a fazerem uma ação solidária e doar brinquedos a crianças com situação social crítica, tornando o Natal delas mais feliz e fazendo a diferença.

c) Meio ambiente

Está fundamentado nos valores da Cecrisa o princípio da Sustentabilidade, equilibrando as dimensões econômica, social, ambiental para garantir a qualidade do meio em que estão inseridas suas unidades industriais.

Nos últimos anos foram crescentes e representativos o investimento em controles e melhorias ambientais para melhor performance do processo. Investimos em pesquisa e desenvolvimento de novas formulações, buscando melhor reaproveitamento de rejeitos do processo produtivo na formulação dos nossos produtos.

Como premissa para as gerações futuras, os investimentos estão voltados à tecnologias de ponta, uso de técnicas adequadas e equipamentos, garantimos assim a minimização dos nossos impactos ambientais sobre o meio ambiente e circunvizinhança.

Dentre as principais ações em 2017, podemos destacar:

- ◆ Implementação ferramenta Elo Verde, para gerenciamento, controle e logística dos resíduos gerados nos processos produtivos;
- ◆ Melhorias nos sistemas de tratamento das emissões atmosféricas, utilizando-se equipamentos jet scrubbers e filtros de manga;
- ◆ Investimentos e adequações das estações de tratamento de efluentes, visando redução do consumo de água, em função do sistema de circuito fechado de reaproveitamento de efluentes líquidos;
- ◆ Reaproveitamento de rejeitos de processo na formulação de novos produtos, reduzindo consumo de matérias primas virgens e redução do consumo de energia na produção.
- ◆ Investimento em sistema de reaproveitamento de calor nos secadores, visando economia de recursos energéticos e consequentes reduções financeiras;
- ◆ Renovação do certificado de Leadership in Energy and Environmental Design – LEED, contribuindo para construções sustentáveis e canal engenharia;
- ◆ Aplicação permanente dos dispositivos de gestão ambiental baseados na NBR ISO 14.001, respeitando as legislações ambientais vigentes;
- ◆ Cumprimento do plano de monitoramento ambiental, compreendendo efluentes, recursos hídricos, emissões atmosféricas e ruídos, como forma de avaliar a eficiência dos nossos controles ambientais;
- ◆ Priorização e controle dos aspectos e minimização dos impactos gerados no processo produtivo; A Companhia demonstra o compromisso com o meio socioeconômico ambiental, respaldada nos seus valores e na responsabilidade frente ao mercado, clientes e comunidade.

A ADMINISTRAÇÃO

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016***Em milhares de reais*

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.232	48.120	9.914	48.183
Clientes	7	162.812	107.819	163.823	109.078
Bancos contas vinculadas	6	1.097	3.929	1.097	3.929
Estoques	8	126.317	123.524	126.812	124.012
Impostos a recuperar	9	23.241	47.263	23.265	47.284
Outras contas a receber		11.990	12.763	11.990	12.763
Total ativo circulante		334.689	343.418	336.901	345.249
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	6	-	1.284	-	1.284
Clientes	7	39	1.123	39	1.123
Impostos diferidos	11	-	-	436	2.110
Impostos a recuperar	9	3.205	7.309	3.205	7.309
Créditos com terceiros	10	35.960	34.884	35.960	34.884
Depósitos judiciais	20	5.075	4.184	5.078	4.188
Outras contas a receber		100	100	100	100
Investimentos	13	2.944	4.318	466	465
Imobilizado	14	369.809	367.140	369.809	367.140
Intangível	15	30.294	24.009	30.294	24.009
Total do ativo não circulante		447.426	444.351	445.387	442.612
Total do ativo		782.115	787.769	782.288	787.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016***Em milhares de reais*

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	157.582	149.322	157.582	149.322
Debêntures	17	15.869	3.869	15.869	3.869
Fornecedores	18	83.977	88.266	84.640	89.126
Cessão de crédito fornecedores	18	6.394	4.831	6.394	4.831
Obrigações sociais		26.763	20.397	26.763	20.397
Obrigações tributárias	19	44.860	37.219	44.913	37.235
Adiantamentos de clientes		6.361	11.639	6.361	11.639
Outras obrigações		12.375	9.117	12.383	9.123
Total passivo circulante		354.181	324.660	354.905	325.542
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	45.222	86.094	45.222	86.094
Debêntures	17	78.136	93.562	78.136	93.562
Fornecedores	18	2.373	4.628	2.373	4.628
Adiantamentos de clientes		1.350	2.021	1.350	2.021
Impostos diferidos	11	21.219	18.643	21.219	18.643
Empréstimos com partes relacionadas		551	790	-	-
Obrigações tributárias	19	165.716	154.908	165.716	154.908
Provisões para contingências	20	16.470	14.452	16.470	14.452
Outros		8.976	4.103	8.976	4.103
Total passivo não circulante		340.013	379.201	339.462	378.411
Total do passivo		694.194	703.861	694.367	703.953
Patrimônio líquido					
	21				
Capital social		249.981	249.981	249.981	249.981
Reserva de capital		66.004	66.004	66.004	66.004
Ajuste acumulado de conversão		100	86	100	86
Prejuízos acumulados		(228.164)	(232.163)	(228.164)	(232.163)
Total do patrimônio líquido		87.921	83.908	87.921	83.908
Total do passivo e do patrimônio líquido		782.115	787.769	782.288	787.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	23	556.825	545.480	558.723	547.624
Custo dos produtos vendidos	24	(365.748)	(395.823)	(367.102)	(397.532)
Lucro bruto		191.077	149.657	191.621	150.092
Despesas comerciais	24	(93.335)	(76.679)	(93.457)	(76.836)
Despesas gerais e administrativas	24	(28.897)	(31.445)	(28.912)	(31.474)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	28.578	26.556	26.943	26.520
Equivalência patrimonial	13	(1.389)	25	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		96.034	68.114	96.195	68.302
Receitas financeiras	26	21.594	67.339	21.973	68.394
Despesas financeiras	26	(97.709)	(161.143)	(98.149)	(162.372)
Resultado antes dos impostos		19.919	(25.690)	20.019	(25.676)
Impostos diferidos	27	(7.113)	9.278	(7.151)	9.280
Impostos correntes	27	-	-	(62)	(16)
Resultado líquido das operações continuadas		12.806	(16.412)	12.806	(16.412)
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	29	(8.807)	(7.454)	(8.807)	(7.454)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		3.999	(23.866)	3.999	(23.866)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.999	(23.866)	3.999	(23.866)
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes	14	(57)	14	(57)
Resultado abrangente do exercício	4.013	(23.923)	4.013	(23.923)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	199.981	66.004	139	(208.297)	57.827
Aumento de capital	50.000	-	-	-	50.000
Ajuste acumulado de conversão	-	-	(53)	-	(53)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(23.866)	(23.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	249.981	66.004	86	(232.163)	83.908
Saldos em 1º de janeiro de 2017	249.981	66.004	86	(232.163)	83.908
Ajuste acumulado de conversão	-	-	14	-	14
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.999	3.999
Saldos em 31 de dezembro de 2017	249.981	66.004	100	(228.164)	87.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Atividades operacionais				
Resultado do período antes dos impostos	19.919	(25.690)	20.019	(25.676)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa				
Depreciação e amortização	20.804	17.561	20.804	17.561
Resultado de equivalência patrimonial	1.389	(25)	-	-
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	331	(2.551)	331	(2.551)
Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	(17.628)	(235)	(17.628)	(235)
Resultado das operações descontinuadas	(13.344)	(11.294)	(13.344)	(11.294)
Provisão para contingências	2.018	1.205	2.018	1.205
Crédito de IPI Aliq. Zero	-	(10.851)	-	(10.851)
Juros parcelamentos	14.795	17.245	14.795	17.245
Outras provisões	215	(1.844)	215	(1.844)
Créditos obtidos em decisões judiciais	(2.277)	(6.304)	(2.277)	(6.304)
Variações monetárias e cambiais líquidas	40.074	43.989	40.074	43.989
Ajustes de capital de giro:				
Redução/ (aumento) das contas a receber	(54.211)	22.644	(53.963)	22.712
Redução/ (aumento) bancos contas vinculadas	2.832	7.082	2.832	7.082
Redução/ (aumento) dos estoques	(2.793)	28.797	(2.800)	28.796
Redução/ (aumento) impostos a recuperar	28.126	43.667	28.124	43.658
Redução/ (aumento) pagamentos antecipados	963	(456)	963	(456)
Imóveis para venda	(12)	-	(12)	-
Depósitos judiciais	(890)	(523)	(890)	(523)
Outras contas a receber	1.023	3.273	1.023	3.273
Contas a pagar a fornecedores	(4.981)	(40.424)	(5.179)	(40.765)
Impostos e contribuições a recolher	3.653	(589)	3.690	(644)
Obrigações trabalhistas	6.366	(793)	6.366	(793)
Adiantamentos de clientes	(5.861)	(2.891)	(5.861)	(2.891)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(62)	(16)
Outros	8.134	(1.587)	9.772	(1.580)
Fluxo de caixa originado de atividades operacionais	48.645	79.406	49.010	79.098
Atividades de investimentos				
Aquisição do ativo imobilizado e intangível	(12.670)	(25.490)	(12.670)	(25.490)
Recebimento venda ativo imobilizado	208	8.950	208	8.950
Ajuste acumulado de conversão	14	(52)	14	(52)
Aplicações financeiras	1.284	(177)	1.284	(177)
Investimentos	(15)	51	(1)	(2)
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento	(11.179)	(16.718)	(11.165)	(16.771)
Atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	180.754	266.880	180.754	266.880
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(208.217)	(289.844)	(208.217)	(289.844)
Amortizações de juros de empréstimos e financiamentos	(30.621)	(33.136)	(30.621)	(33.136)
Captação com Debêntures	-	100.000	-	100.000
Amortizações de Debêntures	(4.000)	(93.028)	(4.000)	(93.028)
Amortizações de juros de Debêntures	(14.030)	(29.472)	(14.030)	(29.472)
Aumento de capital	-	50.000	-	50.000
Operações com partes relacionadas	(240)	120	-	-
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	(76.354)	(28.480)	(76.114)	(28.600)
Variação líquida equivalentes a caixa	(38.888)	34.208	(38.269)	33.727
Equivalentes a caixa no início do período	48.120	13.912	48.183	14.456
Equivalentes a caixa no fim do período	9.232	48.120	9.914	48.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre o Grupo

Fundada em 1966, a Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Criciúma, SC, Brasil, controladora direta da empresa Cerâmica Portinari S.A. (denominadas em conjunto como “Grupo” ou “Consolidado”).

A Companhia e sua controlada têm como atividade preponderante a fabricação e o comércio de revestimentos cerâmicos realizada através de suas três unidades industriais presentes em Santa Catarina e Minas Gerais.

No decorrer dos anos a Companhia vem trabalhando na melhoria de seu equilíbrio financeiro, e nesse contexto, vem fortalecendo suas ações estratégicas, e gerindo rigorosamente seus custos e despesas.

A Companhia vem negociando operações para o alongamento do perfil de seu endividamento bancário, com redução nas taxas de endividamento a fim de melhorar seu capital circulante líquido, assim como busca a liquidação de ativos não operacionais.

Adicionalmente, a Companhia continua confiante em sua estratégia de negócios e continuará com ações compensatórias a fim de minimizar os efeitos do contexto macroeconômico.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo consolidado no montante de R\$18.004 mil e individual de R\$19.492 mil. Esta situação é momentânea e oriunda de dívidas bancárias de curto prazo.

Nos últimos anos as atividades da Companhia passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visavam otimizar os resultados, reduzir custos e despesas, com o objetivo de recuperar a lucratividade das operações.

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Para amenizar a situação do capital circulante negativo e desempenho das operações, nos exercícios de 2016 e 2017, a Companhia implementou ações que consistiram em alongamento de prazos com fornecedores, redução de custos e despesas, renegociação de dívidas e aportes de capital dos acionistas no montante de R\$50.000 mil efetuados durante o exercício de 2016.

As perspectivas para o exercício de 2018 são positivas, tendo em vista o aquecimento da economia e potencial melhora dos resultados da Companhia, levando em consideração as estratégias consistentes e ações tomadas pela Administração nos últimos anos. Nos dois primeiros meses de 2018, a Companhia teve um crescimento de 19% no seu faturamento líquido em relação ao mesmo período de 2017. Ademais, com o aumento do crédito decorrente das ações implementadas em 2016 e 2017, são projetadas captações de longo prazo, melhorando assim seu capital circulante líquido.

2 Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria em XX de março de 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 3.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. e suas controladas indicadas a seguir:

Nome empresarial	País sede	Relação	% participação	
			2017	2016
Cerâmica Portinari S.A.	Brasil	Direta	100%	100%
Cecrisa Uruguay S.A.	Uruguai	Indireta	100%	100%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo estas, a data na qual a Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. obtém o controle, e continuam a serem consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem os seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
 1. Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
 2. Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
 3. Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.
- Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

3.3 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os outros ativos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço

patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos a receber de terceiros, os quais são classificados como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e sua controlada compreendem o contas a receber de clientes, contas a receber de terceiros e aplicações financeiras.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

3.5 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu o registro do ajuste a valor presente.

3.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera

entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado, bem como reversões de perdas.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera-se equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

3.9 Créditos com terceiros

Representam valores incontroversos, a serem recebidos da Eletrobras decorrentes de ação judicial transitada em julgado, e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal.

3.10 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando considerados necessários pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.11 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado, para o exercício corrente e comparativo são os seguintes:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios	40 anos
Máquinas e equipamentos	15 - 20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 15 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Outros	até 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.12 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. São compostos por:

Marcas e patentes

Registrados pelo custo de registro ou de aquisição.

Softwares

Registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. Despesas com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, registrando os custos diretamente atribuíveis ao software, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

Direitos minerários

Os direitos minerários são amortizados com base no método das unidades produzidas. Em 2017 não houve produção de ativos minerários, conseqüentemente não foi contabilizado nenhuma amortização.

3.13 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

3.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Debêntures

As debêntures emitidas foram registradas pelo seu valor líquido recebido, deduzidos os custos com transações utilizadas na captação dos recursos, sendo que os custos serão amortizados e os encargos financeiros reconhecidos como despesas financeiras no resultado durante o período de vigência das debêntures.

3.15 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que

benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia e sua controlada são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros

futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.17 Imposto sobre vendas

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

<u>Impostos</u>	<u>Alíquota</u>
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	4% a 20%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% (i)
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6% (ii)

- (i) Alguns produtos possuem alíquota de 5% a 15% de IPI, entretanto são exceções.
- (ii) Sobre importação incide adicional de 1% sobre a alíquota de COFINS.

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.18 Reconhecimento da receita de vendas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia e suas controladas. A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

3.19 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. O plano estabelecido pelo fundo de previdência é de contribuição definida. As obrigações por contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, desde que a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.20 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Provisões para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são

revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades	520	2.814	1.186	2.877
Equivalentes de caixa				
Banco Safra S.A.	6.081	567	6.081	567
Banco do Brasil S.A.	171	11.629	187	11.629
Caixa Econômica Federal	-	3.000	-	3.000
Banco Daycoval S.A.	-	4.245	-	4.245
Banco Fibra S.A.	-	3.537	-	3.537
Banco ABC Brasil S.A.	668	87	668	87
Banco Sofisa S.A.	92	-	92	-
Banco Bradesco S.A.	1.700	22.241	1.700	22.241
	8.712	45.306	8.728	45.306
Total Equivalentes de caixa				
Total Caixa e equivalentes de caixa	9.232	48.120	9.914	48.183

Caixa e equivalentes de caixa, são segregados em disponibilidades que incluem caixa, depósitos bancários à vista e equivalentes de caixa que inclui aplicações financeiras de curto prazo, as quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos (média de 95% do CDI) até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

6 Bancos contas vinculadas e aplicações financeiras

a. Bancos contas vinculadas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui o montante de R\$ 1.097 (R\$ 3.929 em 31 de dezembro de 2016) classificado como “bancos contas vinculadas” no ativo circulante, referente a valores já recebidos de clientes, todavia ainda não disponibilizados pela instituição financeira.

b. Aplicações financeiras

	Controladora e Consolidado
	2016
Banco Banrisul S.A.	791
Produzir (Goiás)	493
Total não circulante	1.284

7 Clientes

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada abaixo:

Aging-list contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Vencidos há mais de 365 dias	5.208	4.012	5.208	4.012
Vencidos até 365 dias	5.190	6.657	5.092	6.184
A vencer em até 90 dias	120.189	80.678	120.962	81.839
A vencer entre 91 e 180 dias	33.659	17.243	33.995	17.814
A vencer acima de 180 dias	928	2.461	928	2.461
	165.174	111.051	166.185	112.310
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.323)	(2.109)	(2.323)	(2.109)
	162.851	108.942	163.862	110.201
Circulante	162.812	107.819	163.823	109.078
Não circulante	39	1.123	39	1.123

A Companhia utiliza o expediente prático de estimar as perdas com recebíveis de clientes a partir de informações de tempo de atraso de títulos vencidos, por meio de uma matriz de provisões que considera o provisionamento crescente do valor de títulos, sendo esse crescimento do percentual provisionado diretamente relacionado com o tempo de atraso dos títulos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.109
Provisão constituída (revertida) no exercício	1.127
Baixas de contas a receber	(913)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.323

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	99.764	97.712	99.764	97.712
Produtos em elaboração	7.357	7.702	7.357	7.702

Matérias primas	7.634	5.858	7.634	5.858
Materiais auxiliares	4.774	4.364	4.774	4.364
Importação em andamento	7.963	9.063	8.458	9.551
Provisão para perda com adiantamentos para importação	(1.175)	(1.175)	(1.175)	(1.175)
	<u>126.317</u>	<u>123.524</u>	<u>126.812</u>	<u>124.012</u>

9 Impostos a recuperar

	Controladora				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	3.328	2.344	3.547	5.180	3.332	2.344	3.547	5.180
IPI	1.102	-	1.037	-	1.102	-	1.037	-
IRRF	243	-	1.504	-	243	-	1.504	-
IRPJ E CSLL	-	-	-	-	6	-	-	-
PIS/ COFINS	-	861	-	2.129	13	861	-	2.129
Créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e NT.	14.418	-	41.139	-	14.418	-	41.139	-
Imposto sobre Importação	3.467	-	-	-	3.467	-	-	-
Outros impostos	683	-	36	-	684	-	57	-
	<u>23.241</u>	<u>3.205</u>	<u>47.263</u>	<u>7.309</u>	<u>23.265</u>	<u>3.205</u>	<u>47.284</u>	<u>7.309</u>

IPI sobre Insumos Alíquota Zero e Não Tributados

Em junho de 2016, após o trânsito em julgado da ação rescisória, assegurados os direitos da Companhia na forma da ação originária em que obteve ganho quanto ao aproveitamento dos créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e Não Tributados, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 86.324.

A contrapartida desses valores, decorrentes de ganho do processo em questão, foi contabilizada na rubrica de outras receitas e despesas operacionais e está demonstrada na nota explicativa nº 25.

10 Créditos com terceiros

A Companhia patrocinou ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras, visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei nº 4.156/62.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía o montante de R\$ 35.960 (R\$ 34.884 em 31 de dezembro de 2016), individual e consolidado, referente a créditos relativos à correção monetária do empréstimo compulsório Eletrobras, sendo o valor de atualização do período de R\$1.076. O referido crédito está classificado no ativo não circulante, em razão da expectativa de recebimento, estimada pelos consultores jurídicos da Companhia ser superior a 12 meses.

11 Impostos diferidos

Natureza dos ativos	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo fiscal	11.584	10.419	11.935	11.998
Base de cálculo negativa da contribuição social	4.170	3.750	4.296	4.319
Adições temporárias				
Provisão para contingências passivas	5.999	5.313	5.999	5.313
Reversão/ Provisão para perdas por desvalorização de ativos - impairment	9.892	18.574	9.892	18.574
Outras adições temporárias	631	(676)	590	(714)
	<u>32.276</u>	<u>37.380</u>	<u>32.712</u>	<u>39.490</u>
Natureza dos passivos				
Ajuste depreciação (benefício Lei do Bem)	(24)	(29)	(24)	(29)
Ajuste depreciação (pela vida útil dos bens)	(11.247)	(8.870)	(11.247)	(8.870)
Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	(42.224)	(47.124)	(42.224)	(47.124)
	<u>(53.495)</u>	<u>(56.023)</u>	<u>(53.495)</u>	<u>(56.023)</u>
		(18.643)		(16.533)
Total	<u>(21.219)</u>	<u>(18.643)</u>	<u>(20.783)</u>	<u>(16.533)</u>
Total ativo	-	-	436	2.110
Total passivo	21.219	18.643	21.219	18.643

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

A Companhia apresenta os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

12 Partes relacionadas

a. Controladora e parte controladora final

A Companhia é controlada pela Waterloo Empreendimentos e Participações S.A. A parte controladora final da Companhia é a Vinci Capital Partners II D Fundo de Investimento em Participações.

b. Remuneração de pessoal-chave da administração

No período findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 4.982, (R\$ 5.670 em 31 de dezembro de 2016) e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

A Companhia e sua controlada não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

c. Outras transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 as operações com partes relacionadas referem-se a contas a receber, no montante de R\$ 136 (R\$ 474 em 31 de dezembro de 2016), e contas a pagar no montante de R\$ 1.445 (idém em 31 de dezembro de 2016), junto à controlada Cerâmica Portinari S.A..

Ainda em dezembro de 2017, a Companhia possui operações de empréstimos com partes relacionadas junto à controlada indireta Cecrisa Uruguay S.A., no montante de R\$ 551 (R\$ 790 em 31 de dezembro de 2016), sendo que no exercício 2017, a Companhia reconheceu um resultado positivo, no montante de R\$ 5 de variação cambial, e um resultado positivo, no montante de R\$ 19 de juros.

13 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participação em controladas (a)	2.478	3.853	-	-
Outros investimentos	466	465	466	465
	2.944	4.318	466	465

a. Participação em empresas controladas

A Companhia reconheceu o resultado negativo de R\$ 1.389 em 31 de dezembro de 2017 (resultado positivo de R\$ 25 em 31 de dezembro de 2016) de equivalência patrimonial em controlada.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras na Companhia controlada.

	Cerâmica Portinari S.A.	
	2017	2016
Participação (%)	100,00	100,00
Quantidade de ações	75.601	75.601
Ativos circulantes	2.921	3.183

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Ativos não circulantes	1.053	2.472
Total de ativos	3.974	5.655
Passivos circulantes	1.496	1.802
Passivos não circulantes	-	-
Total de passivos	1.496	1.802
Patrimônio líquido	2.478	3.853
Receitas	2.976	4.515
Despesas	(4.365)	(4.490)
Resultado do exercício	(1.389)	25

Movimentação do saldo:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.853</u>
Equivalência patrimonial	(1.389)
Ajuste acumulado de conversão	<u>14</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.478</u>

14 Imobilizado

	Controladora e Consolidado								
	Terrenos	Imóveis	Equipamentos e instalações	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.885	178.514	489.434	4.216	3.602	2.858	28.685	30.148	746.342
Adições	-	-	-	-	-	-	18.788	-	18.788
Baixas	-	(2.819)	(23.436)	(34)	(70)	(189)	(3)	(50)	(26.601)
Transferências	16	4.163	19.502	58	276	75	(31.828)	350	(7.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.901	179.858	485.500	4.240	3.808	2.744	15.642	30.448	731.141
Impairment									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(997)	(25.029)	(28.603)	-	-	-	-	-	(54.629)
Baixas	-	76	6.861	-	-	-	-	-	6.937
Reversão de provisão para perdas	565	8.605	8.458	-	-	-	-	-	17.628
Depreciação	-	295	674	-	-	-	-	-	969
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(432)	(16.053)	(12.610)	-	-	-	-	-	(29.095)
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(51.083)	(235.882)	(2.684)	(2.859)	(2.500)	-	(29.565)	(324.573)
Baixas	-	707	12.123	33	67	190	-	46	13.166
Depreciação	-	(3.086)	(16.660)	(466)	(117)	(124)	-	(377)	(20.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(53.462)	(240.419)	(3.117)	(2.909)	(2.434)	-	(29.896)	(332.237)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2016	7.888	102.402	224.949	1.532	743	358	28.685	583	367.140
Em 31 de dezembro de 2017	8.469	110.343	232.471	1.123	899	310	15.642	552	369.809

	Controladora e Consolidado								
	Terrenos	Imóveis	Equipamentos e instalações	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.665	152.026	392.275	3.589	3.410	2.752	139.109	30.014	733.840
Adições	-	-	-	-	-	-	29.282	-	29.282
Baixas	(1.780)	(2.953)	(4.013)	(89)	(15)	(13)	(1.614)	-	(10.477)
Transferências	-	29.441	101.172	716	207	119	(138.092)	134	(6.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.885	178.514	489.434	4.216	3.602	2.858	28.685	30.148	746.342
Impairment									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(997)	(25.029)	(30.334)	-	-	-	-	-	(56.360)
Baixas	-	-	137	-	-	-	-	-	137
Transferências	-	-	212	-	-	-	-	-	212
Depreciação	-	-	1.382	-	-	-	-	-	1.382
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(997)	(25.029)	(28.603)	-	-	-	-	-	(54.629)
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(49.301)	(224.446)	(2.326)	(2.775)	(2.378)	-	(28.093)	(309.319)
Baixas	-	897	2.645	84	12	14	-	-	3.652
Depreciação	-	(2.679)	(14.081)	(442)	(96)	(136)	-	(1.472)	(18.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(51.083)	(235.882)	(2.684)	(2.859)	(2.500)	-	(29.565)	(324.573)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2015	9.668	77.696	137.495	1.263	635	374	139.109	1.921	368.161
Em 31 de dezembro de 2016	7.888	102.402	224.949	1.532	743	358	28.685	583	367.140

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia registrou os efeitos da mais valia do seu ativo imobilizado, decorrente da reavaliação de imóveis e equipamentos e instalações industriais. Em 2010, quando da adoção inicial dos CPCs, a Companhia utilizou a opção do ICPC 10, de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2007 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

As análises de recuperação de ativos são realizadas anualmente pela Companhia, ou quando há indicativos de mudança relevante de premissas.

Abaixo se apresentam as taxas de depreciação utilizadas:

Descrição	Taxas anuais de depreciação (Em %)
Imóveis	2,5
Equipamentos e instalações industriais	5 a 10
Móveis e utensílios	10 a 25
Veículos	20

Impairment

A Companhia estimou o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa - UGC em 31 de dezembro de 2017. O valor recuperável das UGC foi estimado com base no seu valor em uso, a partir de projeções elaboradas com base no histórico e orçamento da Companhia, aprovados por seus órgãos de governança. A mensuração do valor justo das unidades em questão foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável por meio do método do fluxo de caixa descontado estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Companhia em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, e considerados no orçamento aprovado pela administração da Companhia para o ano-calendário 2018.

Em percentual	Controladora e Consolidado
	2017
Taxa de desconto	17,82%
Taxa de crescimento na perpetuidade	6 %
Resultado Operacional após impostos s/Receita Líquida de Vendas	9,24%

A taxa de desconto decorre do Custo Médio Ponderado de Capital para unidades geradoras de caixa semelhantes às da Companhia. Tal taxa foi estimada após impostos com base na taxa média de custo de capital de empresas que integram o segmento de mercado (em mercados emergentes) em que as UGC operam, refletindo expectativas racionais de participantes do mercado de capitais sobre unidades geradoras de caixa no segmento, considerando a razão dívida / patrimônio líquido média do segmento, de 0,2485, e o custo médio de capital de terceiros do segmento, de 5,44% a.a. em Dólares norte americanos. O custo médio ponderado de capital antes dos

impostos, necessário para refletir as expectativas de praticantes de mercado, seria de 23,55%, equivalente à taxa pós impostos de 17,82%.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi estimada com base em aproximação do teto da meta de inflação comunicada pelo Banco Central do Brasil (6% a.a.), a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria, e representa uma aproximação da mediana da inflação brasileira medida pelo IPCA desde o ano 2000.

O resultado operacional após impostos projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada. O crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.

O valor recuperável estimado para as UGC da Companhia em 2017 pode ser assim evidenciado:

	Valor recuperável		Imobilizado e intangível (*)	Provisão	Valor Contábil
	Valor em uso	Valor de venda			
Unidade 2	-	23.501	24.494	(993)	23.501
Unidade 3	-	12.034	40.136	(28.102)	12.034
Outsourcing	28.786	-	1.159	-	1.159
Unidade 5	149.473	-	77.106	-	77.106
Unidade 6	335.391	-	219.890	-	219.890
Unidade 8	(28.836)	98.267	46.979	-	46.979
Total	484.814	133.802	409.764	(29.095)	380.669

(*) O saldo de intangível, exceto Ativos Minerários, foram rateados para as unidades operacionais para determinar o valor recuperável, pois tratam-se basicamente de marcas e patentes e sistemas de informática, diretamente relacionados à operação da Companhia.

As unidades geradoras de caixa correspondentes às unidades industriais (UI) 2 e 3 encontram-se desativadas, sem expectativa de geração de fluxos de caixa futuros. A UI 8, contudo, continua operando apesar de não ter expectativa positiva de geração de caixa sem a realização de reestruturações operacionais, as quais não podem ser consideradas no teste de recuperabilidade conforme dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Considerando que as três unidades em questão (UIs 2, 3 e 8) têm valor em uso inferior ao seu valor contábil, a Companhia realizou avaliação do seu valor recuperável em função do seu valor justo líquido de despesas de venda, que resultou na reversão da provisão para perda na unidade industrial 8 no exercício de 2017, no valor de R\$ 17.628 (R\$ 11.634, líquido dos efeitos tributários), conforme nota explicativa nº 25.

Imobilizado dado como garantia em empréstimos

Em 31 de dezembro de 2017, alguns bens imóveis estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

15 Intangível

	Controladora e Consolidado					Total
	Marcas e patentes	Pesquisa e desenvolvimento	Sistema de informática	Direito de uso de telefone	Ativos minerários	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	607	58	12.074	75	19.533	32.347
Adições	7.005	-	265	-	-	7.270
Baixas	-	-	(5)	(5)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.612	58	12.334	70	19.533	39.607
Amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(189)	(59)	(7.990)	-	(100)	(8.338)
Baixas	-	-	5	-	-	5
Amortização	-	-	(980)	-	-	(980)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(189)	(59)	(8.965)	-	(100)	(9.313)
Valor contábil						
Em 31 de dezembro de 2016	418	(1)	4.084	75	19.433	24.009
Em 31 de dezembro de 2017	7.423	(1)	3.369	70	19.433	30.294

16 Empréstimos e financiamentos

		<u>Controladora e Consolidado</u>	
		<u>Circulante</u>	
	Encargos anuais ponderados	2017	2016
Moeda estrangeira			
Nota/ Cédula de crédito de exportação (c)	9,26%	7.228	7.013
Lei 4.131	16,58%	-	1.072
Adiantamentos de contratos de câmbio	5,11%	33.039	28.307
Adiantamentos cambiais entregue	10,15%	-	7.726
		<u>40.267</u>	<u>44.118</u>
Moeda nacional			
Vendor/ Desconto	15,75%	8.074	10.988
Nota/ Cédula de crédito de exportação (c)	13,73%	60.248	59.270
FINEP (a)	7,63%	30.651	23.196
BRDE (b)	11,00%	2.753	3.761
Capital de giro	13,75%	12.755	5.141
FINAME	6,44%	2.834	2.848
		<u>117.315</u>	<u>105.204</u>
		<u>157.582</u>	<u>149.322</u>
		<u>Controladora e Consolidado</u>	
		<u>Não circulante</u>	
	Encargos anuais ponderados	2017	2016
Moeda estrangeira			
. Nota/ Cédula de crédito de exportação (c)	8,14%	-	2.493
		-	<u>2.493</u>
Moeda nacional			
. Nota/ Cédula de crédito de exportação (c)	13,73%	13.595	30.821
. FINEP (a)	7,63%	18.613	35.276
. BRDE (b)	11,50%	-	2.729
. Capital de giro	13,75%	2.667	1.104
. FINAME	6,44%	10.347	13.214
. Produzir	10,00%	-	457
		<u>45.222</u>	<u>83.601</u>
		<u>45.222</u>	<u>86.094</u>

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,3080 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3,2591 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos consolidados estão garantidos por aplicações financeiras, cessão fiduciária de títulos, notas promissórias, bens do ativo

imobilizado, aval e fiança dos diretores da Companhia e possuem vencimentos até janeiro de 2025.

Os contratos de empréstimos não contém cláusulas restritivas (Covenants).

a. FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

Em abril de 2010, a Companhia celebrou um contrato com a FINEP, no montante de R\$ 13.953, com juros de 10% a.a. com carência de 20 meses e prazo de amortização de 81 meses. Para este contrato foi apresentada uma Carta de Fiança Bancária com custo de 1,5% a.a. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo desta operação era R\$ 1.428.

Em julho de 2014 a Companhia celebrou um novo contrato junto à FINEP no valor total de R\$ 79.561, sendo corrigido pela TJPL + 0,50% a.a. e cuja primeira parcela no valor de R\$ 27.846 foi liberada em outubro de 2014. Em março de 2016 a FINEP liberou a segunda parcela do financiamento no valor de R\$ 36.598. Em setembro de 2017 foram liberadas a terceira e a quarta parcela no valor de R\$ 15.117. Para esta parcela foi apresentada uma Carta Fiança Bancária com custo anual de 3,5% a.a. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo desta operação era de R\$ 49.264

Os valores recebidos foram utilizados para desenvolvimento de projeto voltado ao plano estratégico, buscando a inovação do processo de produção por via úmida, ampliando a possibilidade de produção de revestimentos cerâmicos pela Companhia. Adicionalmente, busca-se otimizar o processo de planejamento criativo e os processos de tratamentos de resíduos industriais.

Os recursos oriundos da FINEP são gastos de acordo com o plano de trabalho e cronograma de desembolso do projeto, regido pelas diretrizes estipuladas no acordo entre as partes.

b. BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul)

Em abril de 2001, a Companhia celebrou contrato com o BRDE, no montante de R\$ 35.218, com carência de 24 meses e 120 parcelas mensais e sucessivas com taxa de juros TJPL + 4% a.a. Para esta operação foram dados em garantias imóveis e equipamentos.

Em 25 de março de 2010, a Companhia renegociou o referido contrato, no montante de R\$ 41.459, para pagamento em 91 parcelas mensais, mantendo as mesmas taxas de juros do contrato original. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo deste contrato era R\$ 2.753.

c. NCE/ CCE – Nota/ Cédula de Crédito de Exportação

Em junho de 2016, a Companhia celebrou junto ao Banco Santander contrato de NCE, no montante de R\$ 14.000, com vencimento em 24 meses, com taxa de CDI + 6,04% a.a. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 4.694.

Em dezembro de 2017 a Companhia celebrou junto ao Banco Original uma CCE no valor de R\$ 6.540 equivalentes a dólares 2.005.156 com swap para VC+ 3,10%.

Em janeiro de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Safra contrato de CCE, no montante de R\$ 6.000, com vencimento em 24 meses, com taxa de CDI + 7,44% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.825.

Em fevereiro de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Safra contrato de CCE, no montante de R\$ 2.300, com vencimento em 24 meses, com taxa de CDI + 6,42% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.379.

Em março de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Safra contrato de CCE, no montante de R\$ 3.400, com vencimento em 24 meses, com taxa de CDI + 6,42% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.364.

Em abril de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Daycoval contrato de CCE, no montante de R\$ 3.000, com vencimento em 24 meses, com taxa de CDI + 7,82% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.114.

Em maio de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Paulista contrato de CCE, no montante de R\$ 4.000, com vencimento em 24 meses, com taxa de CDI + 6% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas e penhor de estoque de produto acabado. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.029.

Em junho de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Safra contrato de CCE, no montante de R\$ 3.000, com vencimento em 6 meses, com taxa de 18,85% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.042.

Em agosto de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Paulista contrato de CCE, no montante de R\$ 7.000, com vencimento em 18 meses, com taxa de CDI + 6,80% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas e penhor de estoque de produto acabado. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.467.

Em setembro de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Daycoval contrato de CCE, no montante de R\$ 7.000, com vencimento em 36 meses, com taxa de CDI + 7,44% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 6.526.

Em outubro de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Safra contrato de CCE, no montante de R\$ 3.000, com vencimento em 6 meses, com taxa de CDI + 6,80% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.013.

Em novembro de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Sofisa contrato de CCE, no montante de R\$ 5.000, com vencimento em 24 meses, com taxa de CDI + 6,80% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas. O Saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 4.842.

Em dezembro de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Safra contrato de CCE, no montante de R\$ 2.500, com vencimento em 6 meses, com taxa de CDI + 6,80% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas.

Em dezembro de 2017, a Companhia celebrou junto ao Banco Daycoval contrato de CCE, no montante de R\$ 5.000, com vencimento em 36 meses, com taxa de CDI + 7,44% a.a. A garantia para esta operação são duplicatas.

d. Movimentação

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	235.416	261.090
Variação cambial	(460)	(13.205)
Captações	180.754	266.880
Provisões de juros	26.617	31.144
Amortizações de juros	(30.620)	(33.136)
Amortizações	(208.216)	(289.844)
Derivativos	(687)	12.487
	<u>202.804</u>	<u>235.416</u>
Saldo no final do exercício	<u>202.804</u>	<u>235.416</u>

17 Debêntures

Em dezembro de 2016, a Companhia emitiu debêntures (6ª emissão) no valor de R\$100.000. Esta emissão prevê carência de 12 meses com amortização de juros trimestrais e a partir do 12º mês amortizações de principal + juros em 17 parcelas trimestrais. Para esta operação a taxa de juros é a variação anual do CDI + 4,50% a.a. e a comissão aos coordenadores foi de 2,5% que representa R\$ 2.500.

A garantia sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures constitui-se por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia, à razão de 26% do referido saldo + alienação fiduciária dos imóveis das Unidades produtivas de Santa Luzia-MG e de Tubarão-SC, além dos equipamentos da Unidade produtiva de Santa Luzia - MG.

Os recursos desta emissão foram utilizados para liquidar o saldo da 4ª e 5ª emissão de debêntures da Companhia.

O referido contrato contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, a manutenção de determinados índices financeiros, sendo eles (i) Dívida Financeira Líquida/Ebitda e (ii) Dívida Financeira Líquida + Parcelamento de Impostos/Ebitda e (iii) Ebitda/ Despesas Financeiras líquidas, os quais, de acordo com os cálculos efetuados pela Administração, foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

Os termos e condições das debêntures em aberto estão apresentados a seguir:

			<u>Controladora e Consolidado</u>	
	Encargos	Vencimento final	2017	2016
Em moeda nacional				
Debêntures	CDI + 4,50% a.a.	Dezembro de 2021	<u>94.005</u>	<u>97.431</u>
Circulante			<u>15.869</u>	<u>3.869</u>
Não circulante			<u>78.136</u>	<u>93.562</u>

Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Saldo no início do período	97.431	106.369
Captações	-	100.000
Provisões de juros	14.604	13.562
Amortizações de juros	(14.030)	(29.472)
Amortizações	(4.000)	(93.028)
Saldo no final do período	94.005	97.431

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercado interno	68.782	77.222	70.094	78.540
Mercado externo	16.123	14.221	16.919	15.214
Partes relacionadas	1.445	1.451	-	-
	86.350	92.894	87.013	93.754
Circulante	83.977	88.266	84.640	89.126
Não circulante	2.373	4.628	2.373	4.628

Cessão de crédito de fornecedores

Refere-se a operações de cessão de crédito de fornecedores (risco sacado) com instituições financeiras, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

19 Obrigações tributárias

	Controladora				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INSS / SESI / SENAI	2.898	-	7.726	-	2.898	-	7.726	-
PIS e COFINS	2.348	-	2.033	-	2.348	-	2.033	-
ICMS corrente	8.779	-	7.526	-	8.779	-	7.526	-
ICMS parcelado	8.265	4.593	3.170	1.751	8.265	4.593	3.170	1.751
Outras contribuições	2.771	-	1.578	-	2.824	-	1.594	-
Parcelamento Lei nº 12.996/14	11.015	134.642	10.553	136.159	11.015	134.642	10.553	136.159
Parcelamento Lei nº 10.522/02	8.784	26.481	4.633	16.998	8.784	26.481	4.633	16.998
	<u>44.860</u>	<u>165.716</u>	<u>37.219</u>	<u>154.908</u>	<u>44.913</u>	<u>165.716</u>	<u>37.235</u>	<u>154.908</u>

a. Movimentação dos parcelamentos

	Controladora e Consolidado	
	Lei nº 12.996/14	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	146.712	75.376
Créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e NT	-	66.215
Atualização monetária	11.284	15.866
Pagamentos	<u>(12.339)</u>	<u>(10.745)</u>
Saldo no final do exercício	<u>145.657</u>	<u>146.712</u>
(-) Saldo não circulantes	<u>(134.642)</u>	<u>(136.159)</u>
Total do circulante	<u>11.015</u>	<u>10.553</u>
	Controladora e Consolidado	
	Lei nº 10.522/02	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	21.631	-
Entradas	17.400	23.899
Atualização monetária	2.820	946
Pagamentos	<u>(6.586)</u>	<u>(3.214)</u>
Saldo no final do exercício	<u>35.265</u>	<u>21.631</u>
(-) Saldo não circulantes	<u>(26.481)</u>	<u>(16.998)</u>
Total do circulante	<u>8.784</u>	<u>4.633</u>

b. Parcelamento Lei nº 12.996/14

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia desistiu do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e aderiu ao parcelamento da Lei nº 12.996/14.

Dessa forma houve desistência das três modalidades da Lei nº 11.941/09: aproveitamento indevido de IPI, reparcelamento da RFB demais débitos e reparcelamento RFB débitos previdenciários.

O reparcelamento pela Lei nº 12.996/14 se deu em duas modalidades, sendo que os débitos de IPI e demais débitos da RFB englobam uma única, e a outra engloba RFB débitos previdenciários. O referido parcelamento concedia a redução de multas e juros de acordo com a modalidade e o disposto na Lei, e, devido ao montante do débito exigiu o adiantamento de 20% do montante da dívida, que foram parcelados em 5 prestações. Não houve tributação dos benefícios gerados na aplicação das reduções legais. O saldo do novo parcelamento foi efetuado em 180 parcelas mensais, sendo atualizado pela SELIC.

20 Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

A Companhia possui ativos contingentes no montante de R\$ 65.442, que possuem provável entrada de benefícios econômicos. A Companhia aguarda o trânsito em julgado dessas ações para registrá-las contabilmente.

No atual cenário a ação de maior relevância, no valor de R\$ 60.000, é com relação a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Os processos da Companhia encontram-se sobrestados ao RE 574.706, *leading case* sobre o tema. No qual o STF firmou a seguinte tese “O ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS”. A Procuradoria protocolou pedido através de embargos de declaração no sentido de modular os efeitos da decisão. Aguarda-se o julgamento dos referidos embargos.

Passivos contingentes

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2017	2016	2017	2016
Provisões cíveis	2.176	1.992	6.573	5.208
Provisões trabalhistas	2.841	2.135	6.650	6.357
Provisões tributárias	61	61	3.247	2.887
	<u>5.078</u>	<u>4.188</u>	<u>16.470</u>	<u>14.452</u>

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Provisões	Controladora e Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.208	6.357	2.887	14.452
Adições (Reversões)	<u>1.365</u>	<u>293</u>	<u>360</u>	<u>2.018</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>6.573</u></u>	<u><u>6.650</u></u>	<u><u>3.247</u></u>	<u><u>16.470</u></u>

De acordo com seus assessores jurídicos, perdas nestas contingências estão classificadas conforme segue:

Provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Perdas prováveis	16.470	14.452
Perdas possíveis	156.067	138.053
Perdas remotas	<u>24.953</u>	<u>725</u>
	<u><u>197.490</u></u>	<u><u>153.230</u></u>

Descrição dos principais processos classificados como provável e possível de perda:

Cíveis

As ações cíveis em andamento decorrem, em sua maioria, de demandas propostas por consumidores ou pessoas jurídicas sob alegação de vício em produto, cujo trâmite se dá na Justiça Estadual - Juizado Especial Cível e Comum. Existem, ainda, ações visando discutir contratos de representação comercial já rescindidos.

Trabalhistas

As contingências trabalhistas e previdenciárias consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a horas extras, adicional noturno, reconhecimento de relação de emprego, intervalo intrajornada e outras.

Tributárias

a. IRPJ e CSLL parcelamento Lei nº 11.941/09

Em 2014 a Companhia recebeu auto de infração no montante de R\$ 58.896, para exigir IRPJ e CSLL em razão da não tributação da receita gerada quando da adoção do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e da não adição de despesas financeiras na apuração de 2009. O referido auto está

sendo discutido pela Companhia na esfera administrativa e na opinião dos seus assessores jurídicos possui expectativa de perda possível.

b. ICMS Acréscimo financeiro

A Companhia ingressou com ação anulatória para anular a Glosa de crédito utilizado proveniente do ICMS Acréscimo Financeiro que a empresa utilizou devido a ação declaratória que transitou em julgado em 2003, no montante de R\$ 22.907. Atualmente a companhia está com decisão favorável no STJ.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Sócios	Ações em 2017 e 2016	
	Ordinárias	% do capital social
Waterloo Empreendimentos e Participações S.A.	2.184.173	77,39%
Outros	638.139	22,61%
	2.822.312	100,00%

Em dezembro de 2016, houve um aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 695.182 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$ 50.000. As ações foram totalmente subscritas por Waterloo Empreendimentos e Participações S.A., que tem como acionista a Vinci Capital Partners II D Fundo de Investimento em Participações, com isso houve a diluição do capital social entre os acionistas, passando a Waterloo a possuir 77,39% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2017, as 2.822.312 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país.

b. Reserva de capital

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 1.215.503 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Decorrente do aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 200.000, ocorrida em 02 de julho de 2012.

22 Plano de Previdência Privada

A Companhia possui um programa de previdência privada administrado pela BrasilPrev, denominado “Renda Total PGBL Cecrisa”. O plano é classificado como contribuição definida, encerrando a obrigação da Companhia após o desligamento do colaborador. Durante o exercício de 2017 foi apropriado no resultado, gastos com contribuições ao plano de previdência, no valor de R\$ 97 (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2016).

23 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de venda de produtos	753.831	749.307	755.730	751.451

Deduções de vendas				
Impostos	(157.821)	(148.475)	(157.822)	(148.475)
Cancelamentos e abatimentos	(28.222)	(45.587)	(28.222)	(45.587)
Devoluções	(10.963)	(9.765)	(10.963)	(9.765)
	<u>(197.006)</u>	<u>(203.827)</u>	<u>(197.007)</u>	<u>(203.827)</u>
Receita operacional líquida	<u>556.825</u>	<u>545.480</u>	<u>558.723</u>	<u>547.624</u>

24 Custos e despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	365.748	395.823	367.102	397.532
Despesas comerciais	93.335	76.679	93.457	76.836
Despesas gerais e administrativas	28.897	31.445	28.912	31.474
	<u>487.980</u>	<u>503.947</u>	<u>489.471</u>	<u>505.842</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Mão de obra e serviços de terceiros	87.983	87.127	87.984	87.130
Gastos com materiais e outros	192.371	216.772	193.725	218.482
Energia	57.017	69.833	57.017	69.833
Gastos gerais de produção	30.420	26.354	30.420	26.354
Comissões sobre vendas	16.529	16.016	16.535	16.021
Salários e ordenados	48.844	43.445	48.844	43.445
Outras despesas comerciais	47.354	35.414	47.470	35.566
Outras despesas administrativas	7.462	8.986	7.476	9.011
	<u>487.980</u>	<u>503.947</u>	<u>489.471</u>	<u>505.842</u>

25 Outras receitas (despesas) operacionais

	Nota	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		2017	2016	2017	2016
Valor residual do ativo imobilizado vendido		(331)	2.551	(331)	2.551
Reclamatórias trabalhistas		(1.707)	(3.464)	(1.707)	(3.464)
Reclamatórias cíveis		(814)	(271)	(814)	(301)
Provisões trabalhistas	20	(123)	1.038	(123)	1.038
Provisões cíveis	20	(830)	(1.864)	(830)	(1.864)
Créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e NT	9	-	21.282	-	21.282

Reversão provisão p/ perdas de imobilizado ("impairment")	14	17.628	235	17.628	235
Crédito ICMS Construtoras		6.883	5.792	6.883	5.792
Ganho PERT		861	-	861	-
Crédito Imposto sobre Importação		3.467	-	3.467	-
Outras		3.544	1.257	1.909	1.251
		<u>28.578</u>	<u>26.556</u>	<u>26.943</u>	<u>26.520</u>

26 Receitas e despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	5.337	22.330	5.337	22.330
Variação cambial - Contas a receber	2.420	3.424	2.548	3.723
Variação cambial - Fornecedores	1.199	11.065	1.345	11.641
Variação cambial - ACC	328	-	328	-
Variação cambial - ACE	103	340	103	340
Variação cambial - Partes relacionadas	89	350	172	500
Variação cambial - Caixa	4	-	4	-
Variação cambial - Salários	2	-	2	-
Ganhos com derivativos	4.045	18.616	4.045	18.616
PIS/ COFINS sobre receitas financeiras	(414)	(401)	(414)	(401)
Juros ativos	6.436	10.133	6.436	10.133
Rendimento aplicação financeira	1.843	1.225	1.845	1.225
Descontos ativos	184	254	184	254
Outras	18	3	38	33
	<u>21.594</u>	<u>67.339</u>	<u>21.973</u>	<u>68.394</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	(3.961)	(9.315)	(3.961)	(9.315)
Variação cambial - Contas a receber	(2.145)	(6.550)	(2.279)	(7.102)
Variação cambial - Fornecedores	(3.202)	(4.634)	(3.354)	(4.897)
Variação cambial - ACE	(283)	(151)	(283)	(151)
Variação cambial - ACC	(1.984)	-	(1.984)	-
Variação cambial - Partes relacionadas	(84)	(150)	(172)	(500)
Variação cambial - Caixa	(1)	-	(1)	-
Variação cambial - Salários	(1)	-	(1)	-
Atualização de empréstimos e financiamentos	(51.366)	(62.397)	(51.366)	(62.397)
Atualização de impostos	(13.088)	(27.419)	(13.088)	(27.420)

Perdas com derivativos	(4.760)	(30.247)	(4.760)	(30.247)
Juros passivos fornecedores	(4.408)	(4.621)	(4.408)	(4.622)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(218)	(325)	(219)	(326)
Despesas com operações financeiras	(4.669)	(2.669)	(4.721)	(2.720)
Multas sobre tributos	(6.047)	(12.477)	(6.047)	(12.477)
Outras	(1.492)	(188)	(1.505)	(198)
	<u>(97.709)</u>	<u>(161.143)</u>	<u>(98.149)</u>	<u>(162.372)</u>

27 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e participações	19.919	(25.690)	20.019	(25.676)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquotas nominais	(6.772)	8.735	(6.806)	8.730
Efeito dos impostos sobre:				
- Equivalência patrimonial	(472)	8	-	-
- Diferenças permanentes	131	535	(407)	534
Crédito (Débito) de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(7.113)</u>	<u>9.278</u>	<u>(7.213)</u>	<u>9.264</u>
Impostos diferidos	(7.113)	9.278	(7.151)	9.280
Impostos correntes	-	-	(62)	(16)

28 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade, de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos de caixa futuros.

b. Classificação dos instrumentos financeiros (posição consolidada)

	2017	2016
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	9.914	48.183
Aplicações financeiras	-	1.284
Contas a receber de clientes	163.862	110.201
Outras contas a receber	11.011	10.833
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	202.804	235.416
Fornecedores	93.407	98.585
Debêntures	94.005	97.431

c. Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor Justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam dos seus valores justos.

d. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do segmento de cerâmica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia opera com estoques reguladores desses insumos.

e. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações para reduzir o custo financeiro das operações.

	Controladora		Consolidado	
Valor contábil	2017	2016	2017	2016
Instrumentos pós-fixados				
Aplicações financeiras	-	1.284	-	1.284
Empréstimos e financiamentos	(181.549)	(207.909)	(181.549)	(207.909)
Parcelamentos federais	(145.657)	(146.712)	(145.657)	(146.712)
Debêntures	(94.005)	(97.431)	(94.005)	(97.431)
Instrumentos pré-fixados				
Empréstimos e financiamentos	(21.255)	(27.507)	(21.255)	(27.507)

f. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros

valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A exposição contábil da Companhia à moeda estrangeira estava assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Contas a receber	24.351	17.599	25.362	18.858
Passivo				
Fornecedores	(14.765)	(14.220)	(15.561)	(15.214)
ACC	(33.039)	(28.307)	(33.039)	(28.307)
ACE	-	(7.726)	-	(7.726)
Empréstimos	(7.228)	(10.578)	(7.228)	(10.578)
Derivativos (notional)	<u>20.797</u>	<u>23.188</u>	<u>20.797</u>	<u>23.188</u>
	<u>(9.884)</u>	<u>(20.044)</u>	<u>(9.669)</u>	<u>(19.779)</u>

g. Sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade sobre seus empréstimos e financiamentos, parcelamentos tributários e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira.

O cenário base provável para dezembro de 2017, foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil do dia 29/12/2017) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 2018 e as vigentes em dezembro de 2017. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre as taxas de juros, índices flutuantes e variações cambiais consideradas no cenário provável.

Moedas e índices	Taxa 31/12/2017	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
Dólar norte americano	3,3	3,32	4,15	4,98
CDI	6,89%	6,75%	8,44%	10,13%
SELIC	7,40%	6,75%	8,44%	10,13%

h. Sensibilidade variação de cotação de moeda estrangeira

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2017	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo				
Clientes	25.362	154	6.533	12.912
Derivativos	20.691	125	5.330	10.534
Passivo				

Empréstimos	(7.228)	(44)	(1.862)	(3.680)
ACC	(33.039)	(200)	(8.510)	(16.820)
Fornecedores	<u>(15.062)</u>	<u>(91)</u>	<u>(3.880)</u>	<u>(7.668)</u>
	<u>(9.276)</u>	<u>(56)</u>	<u>(2.389)</u>	<u>(4.722)</u>

i. Sensibilidade taxas de juros e índices flutuantes

	Taxa	Saldo em 31.12.2017	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo					
Aplicações financeiras	6,75%	8.712	588	735	882
Passivo					
Empréstimos	6,75%	(181.549)	(12.255)	(15.318)	(18.382)
Parcelamento Lei nº 12.996/14	6,75%	(145.657)	(9.832)	(12.290)	(14.748)
Debêntures	6,75%	<u>(94.005)</u>	<u>(6.345)</u>	<u>(7.932)</u>	<u>(9.518)</u>
		<u>(412.499)</u>	<u>(27.844)</u>	<u>(34.805)</u>	<u>(41.766)</u>

j. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui ainda a provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	9.232	48.120	9.914	48.183
Aplicações financeiras	-	1.284	-	1.284
Outras contas a receber	12.090	12.763	12.090	12.763
Contas a receber de clientes	<u>162.851</u>	<u>108.942</u>	<u>163.862</u>	<u>110.201</u>
	<u>184.173</u>	<u>171.109</u>	<u>185.866</u>	<u>172.431</u>

k. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. A tabela abaixo demonstra o cronograma de obrigações da Companhia:

	Controladora		
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	Total

			De 4 a 5 anos	
Fornecedores	90.642	1.745	347	92.734
Instrumentos a taxas de juros:				
- pós-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	153.965	34.467	5.965	194.397
Debêntures	26.400	57.196	30.208	113.804
- pré-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	11.667	5.149	6.577	23.393
	<u>282.674</u>	<u>98.557</u>	<u>43.097</u>	<u>424.328</u>
Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Fornecedores	91.315	1.745	347	93.407
Instrumentos a taxas de juros:				
- pós-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	153.965	34.467	5.965	194.397
Debêntures	26.400	57.196	30.208	113.804
- pré-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	11.667	5.149	6.577	23.393
	<u>283.347</u>	<u>98.557</u>	<u>43.097</u>	<u>425.001</u>

l. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação; e buscar eficácia de custos, sem restringir a iniciativa e a criatividade de seus profissionais.

m. Instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta a operação de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017, com os respectivos valores justos:

Tipo	Valor de Referência (notional)	Valor justo	Ganho (Perda)
Contratos de "swap" para Dólar			
Banco Original S.A.	6.642	6.727	(85)
Banco BBM S.A.	3.308	3.323	(15)
Banco ABC Brasil	10.847	11.091	(244)
	<u>20.797</u>	<u>21.141</u>	<u>(344)</u>

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado com base em informações concedidas pelas contrapartes.

A Companhia contratou as operações de “Swap” para proteger seus fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano. Com essas operações a Companhia trocou o risco cambial por CDI + 6,04% a.a. e ainda risco cambial por taxa pre fixada 9,25% a.a. As operações de swap foram firmadas com as mesmas instituições de origem e a Companhia dispõe do direito de liquidar o instrumento principal e o derivativo em base líquida. Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro e estão sendo apresentados em base líquida no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que estes fluxos de caixa estarão expostos.

n. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

29 Operações descontinuadas

Em julho de 2015, a Companhia encerrou as atividades de produção de sua Unidade Industrial 2, localizada em Tubarão - SC.

Em abril de 2016, a Companhia encerrou as atividades de produção de sua Unidade Industrial 3, localizada em Anápolis - GO.

O encerramento das referidas Unidades Industriais se deu pela baixa demanda do mercado com relação aos produtos produzidos naquelas unidades, de menor valor agregado.

Em 2015 as unidades de Criciúma receberam investimentos e equipamentos com tecnologia de ponta em novas linhas de produção aumentando a capacidade produtiva da Companhia. Esses investimentos foram realizados aguardando um mercado aquecido. Como o mercado não correspondeu a expectativa, as unidades de Criciúma conseguirão absorver a atual demanda.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2017	2016
Receitas	1.614	16.395
Despesas	<u>(14.958)</u>	<u>(27.689)</u>
Resultado das atividades operacionais		(11.294)

	(13.344)	
Imposto sobre o lucro	4.537	3.840
Resultado líquido de imposto de renda e contribuição social	(8.807)	(7.454)

30 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas, conforme explicitado nas letras “a”, “b” e “c” adiante, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que essas normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

a. Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 (veja letra (b) a seguir) e do CPC 47 / IFRS 15 (veja letra (c) a seguir) terá em suas demonstrações financeiras consolidadas.

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras e está resumido abaixo. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

O ajuste total estimado no saldo de abertura do patrimônio líquido da Companhia em 1 de janeiro de 2018 é de R\$ R\$ 99 mil, correspondentes a receita decorrente de obrigações de performance ainda não realizadas integralmente naquela data.

b. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Essa norma contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo.

Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

A Companhia utiliza nas demonstrações contábeis de 2017 o expediente prático de estimar as perdas com recebíveis de clientes a partir de informações de tempo de atraso de títulos vencidos, por meio de uma matriz de provisões que considera o provisionamento crescente do valor de títulos, sendo esse crescimento do percentual provisionado diretamente relacionado com o tempo de atraso dos títulos. Essa prática, adotada em anos anteriores, historicamente teve um bom desempenho na previsão de perdas efetivas de crédito. Como esse expediente é compatível com o CPC 48 / IFRS 9, a Companhia estima que as perdas por redução ao valor recuperável deverão se manter estáveis para os ativos no modelo do CPC 48 / IFRS 9. Logo, a Companhia estima que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 não resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais. O *Aging list* do saldo de contas a receber de clientes da Companhia é apresentado de forma detalhada na nota explicativa nº 7.

Contabilidade de hedge

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia optou por considerar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, mas em função do pequeno valor das transações com instrumentos derivativos utilizados com a finalidade de hedge, a Companhia manteve sua opção de não utilizar Hedge Accounting.

Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros, resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
 - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

c. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Companhia não adotou antecipadamente o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Venda de produtos

Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são colocadas à disposição dos clientes nos depósitos da Companhia, tendo em vista que as vendas são realizadas em modalidade *bill-and-hold* a pedido dos clientes. A receita é reconhecida neste momento em função da existência dos indicadores abaixo:

- (a) a Companhia possui um direito presente a pagamento pelo ativo;
- (b) o cliente possui a titularidade legal do ativo;
- (c) há um acordo com o cliente no qual há o faturamento, mas não há a entrega (*bill-and-hold*), de modo que a Companhia mantém a posse física do ativo, que passa a ser controlado pelo cliente a partir do faturamento, podendo determinar seu uso e extrair benefícios econômicos quando assim o desejar.
- (d) o cliente possui os riscos e os benefícios significativos da propriedade do ativo ao obter a capacidade de direcionar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes desse ativo.
- (e) o cliente aceitou o ativo.

As transações de venda *bill-and-hold* realizadas pela Companhia cumprem ainda os seguintes requisitos obrigatórios (parágrafo B81 do IFRS 15):

- (a) o motivo para o acordo do tipo “faturar e manter” deve ser substantivo (por exemplo, o cliente solicitou o acordo);
- (b) o produto deve ser identificado separadamente como pertencente ao cliente;
- (c) no momento, o produto deve estar pronto para transferência física ao cliente; e
- (d) a entidade não pode ter a capacidade de utilizar o produto ou de direcioná-lo a outro cliente.

Nas transações do tipo *bill-and-hold*, a entidade transfere o controle do ativo ao cliente quando do faturamento, mas ainda não satisfaz por completo a obrigação de desempenho adicional que consiste em armazenar o ativo transferido. Essa obrigação adicional de desempenho é considerada cumprida quando é finalizada a obrigação de armazenamento, com entrega ao cliente. A atribuição de parte da receita de vendas para a obrigação de armazenagem levou em consideração o período médio de estocagem e os preços praticados pela companhia nas ocasiões em que explicitamente cobra pela armazenagem.

Consequentemente, o desdobramento da receita de vendas entre receita de venda de produtos e receita de armazenagem, faria com que a receita anual de 2017 (R\$ 636.482) seja desdobrada em R\$ 4.427 relativos à armazenagem e R\$ 632.056 às receitas de vendas de mercadorias. A existência de produtos faturados em modalidade *bill-and-hold* ainda não retirados pelos clientes em 31 de dezembro de 2017 faria com que a receita de armazenagem antes mencionada ainda não tenha sido realizada integralmente, em um montante de R\$ 100, os quais serão reconhecidos como receita somente quando concluída a obrigação de armazenagem.

Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da
Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.
Criciúma - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram



tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (imobilizado e intangível)

(Consulte as notas explicativas 3.5, 4 e 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A Companhia em sua avaliação identificou que há indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros (imobilizado e intangível) e estimou o valor recuperável como sendo o maior valor entre o valor justo líquido de despesa de venda ou o valor em uso de suas unidades geradoras de caixa (UGCs) que são suas unidades industriais. A determinação do valor recuperável exige da Companhia e de seus especialistas alto grau de julgamento na definição das premissas utilizadas nos cálculos, destacando-se as projeções de fluxos de caixa futuros, resultados operacionais, taxas de desconto, taxas de crescimento na perpetuidade e valor de venda. Em virtude do alto grau de julgamento, da complexidade para definição das premissas, e do impacto que eventuais alterações nas premissas poderia ter nos montantes reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do julgamento exercido pela Companhia para identificar suas unidades geradoras de caixa e determinar as premissas significativas para estimar o valor recuperável. Avaliamos, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, se as premissas e metodologia de cálculo adotadas pela Companhia para estimar o valor recuperável dos ativos não financeiros estão razoáveis e se estão consistentes com as práticas comumente utilizadas no mercado. Essa avaliação ocorreu por meio de questionamentos e obtenção de entendimentos detalhados, comparabilidade das informações utilizadas com fontes externas (por exemplo, a inflação projetada), revisão e análise de consistência dos resultados. Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis por unidade geradora de caixa com o valor em uso (resultado do fluxo de caixa descontado) ou valor justo, dos dois o maior, para avaliar se a redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros está adequada. Também analisamos a razoabilidade das divulgadas efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo dos ativos não financeiros no tocante à sua recuperabilidade, é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro,



planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de



auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 20 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.

CNPJ/MF nº 79.655.916/0001-30

NIRE 42300020737

Companhia Fechada

CONSELHO FISCAL

PARECER

O Conselho Fiscal da CECRISA Revestimentos Cerâmicos S.A. (“Companhia”), no uso de suas atribuições legais, procedeu ao exame do relatório anual da administração, das contas da diretoria, da proposta da administração para a destinação do resultado e das demonstrações financeiras, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2017, cujas referidas demonstrações financeiras compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31.12.2017, além das correspondentes Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 20.03.2018 (“Relatório”).

Com base neste exame, no Relatório que aprovou, sem ressalvas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, nos esclarecimentos do contador da Companhia, do auditor da KPMG Auditores Independentes e da Diretoria da Companhia, concluiu o Conselho Fiscal que o relatório anual da administração, as contas da diretoria e as demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2017 refletem adequadamente tanto a atuação da Companhia no referido período quanto a sua posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, em estrita consonância às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Dessa maneira, o Conselho Fiscal: (i) recomenda que o relatório anual da administração, as contas da diretoria, a proposta da administração para a destinação do resultado e as demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2017, sejam submetidos à aprovação dos Senhores Acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada; e (ii) opina favoravelmente à aprovação do relatório anual da administração, das contas da diretoria, da proposta da administração para a destinação do resultado e das demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2017. Gilberto Braga, Presidente do Conselho Fiscal. Cláudia Luciana Ceccatto de Trotta, Membro do Conselho Fiscal. Paulo Roberto Evangelista de Lima, Membro do Conselho Fiscal.